

Sr. Subsecretário-Adjunto,

Cuida o presente administrativo dos procedimentos das inscrições dos servidores **LEANDRO CARVALHO DE CASTRO**, matrícula n. 02/004419/0-7; **TAIZ DE ARAÚJO GONÇALVES DAMÁSIO**, matrícula n. 02/004876/0-5; e **JULIANI CRISTINA DEVECHIO**, matrícula n. 02/004848/0-0, para participarem do “**5º Seminário Nacional de Terceirização de Bens e Serviços**”, a ser promovido pelo Instituto Negócios Públicos do Brasil, no período de 04 a 07/11/2024, na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

Preliminarmente, impende o registro da autorização para os servidores se inscreverem na atividade consignada no Despacho do Presidente desta Corte de Contas no bojo da Solicitação Interna n. SUB-PESSOAL0047/2024 (peça eletrônica n. 7).

Dito isto, a **Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC)**, na instrução costada à peça eletrônica n. 18, informa que:

- a) A contratação dar-se-á por meio de inexigibilidade de licitação, com fulcro no *caput* do art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021;
- b) O valor por inscrição individual é de R\$4.990,00, conforme publicação disponível no portal do Instituto na internet, endereço eletrônico: <https://negociospublicos.com.br/terceirizacao/inscricao.html> (peça eletrônica n. 1).

Todavia, a proposta comercial n. 21.975/2024, encaminhada pela Instituição, parte final da peça eletrônica n. 5, prevê desconto total de R\$2.070,00 para efetivação das três inscrições, totalizando o montante de **R\$12.900,00 (doze mil e novecentos reais)**;

- c) A futura contratada forneceu os dados bancários para a emissão do respectivo empenho;
- d) Para justificar o preço das inscrições, foi efetuada diligência junto ao portal do Instituto, na *internet*, certificando-se de que a publicação neste veículo caracteriza divulgação abrangente e não diferenciada, conforme disposto no inciso VII do art. 72 da Lei Federal n. 14.133/2021;
- e) A futura contratada preenche, no momento, as condições de habilitação exigidas, aduzindo para a necessidade de serem revalidadas em momento oportuno. Além disso, informa, também, não haver impedimentos diretos e indiretos para a contratação (peças eletrônicas n.s 2 e 3); e
- f) Providenciou, por meio da Solicitação Interna n. CLC0166/2024, a emissão de passagens e o pagamento de diárias, além do adicional de deslocamento, haja vista que o evento será realizado fora do Estado do Rio de Janeiro.

Ao final, submete os autos a esta SUBLIC para análise e deliberação e, se for o caso, seja autorizada a despesa.

Pois bem, em que pese as diligências empreendidas pela CLC, de fato nota-se que a presente contratação direta encontra amparo na alínea f do inciso III e § 3º do art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021, por se tratar de serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento profissional, havendo nos autos elementos que demonstram a notória especialização do prestador.

Cabe registrarmos que os documentos comprobatórios das inscrições dos servidores estão acostados à peça eletrônica n. 4.

Outrossim, vislumbramos não haver óbice à contratação direta em questão, vez que consta nos autos justificativa quanto à escolha do executante e ao preço

praticado, estando atendidas as exigências do art. 72 da Lei Federal n. 14.133/2021 e, em relação aos requisitos de habilitação, verifica-se que foram juntados os documentos e certidões, devendo, a unidade gestora, atentar-se para o atendimento a essas exigências legais no momento em que efetuar a contratação.

Ressaltamos, ainda, pela desnecessidade de encaminhamento do processo à submissão da análise de legalidade pelo órgão de assessoramento jurídico, a que se refere o § 4º do art. 53 da Lei Federal n. 14.133/2021, considerando o contido no inciso III do art. 1º da Portaria PGT n. 001, de 09/07/2024, que regulamenta as **hipóteses de dispensa de análise jurídica em processos licitatórios** no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), *in verbis*,

“Art. 1º - **Ficam dispensadas de análise jurídica específica pela Procuradoria Geral do Tribunal (PGT), na forma §5º do art. 53 da Lei nº 14.133/2021**, as seguintes hipóteses de contratações diretas:

(...)

III - **contratações por inexigibilidade para a ministração de cursos, palestras, eventos, congressos, treinamentos ou outras atividades de aperfeiçoamento de pessoal**, para capacitação externa de curta duração, observados os requisitos dos arts. 34 e 35 do Regimento Interno da Escola de Contas e Gestão, aprovado nos termos da Resolução ECG/TCE-RJ nº 14, de 18 de dezembro de 2019, desde que reste plenamente demonstrado nos autos que as características e peculiaridades da atividade, seja pelo conteúdo a ser ministrado, seja pela qualidade dos professores ou ainda por outros fatores, é o mais indicado à necessidade, resultando em inviabilidade de competição com relação a outros eventuais prestadores, segundo a premissa do caput do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.” – grifo nosso

Por fim, considerando as disposições sobre responsabilidades, procedimentos e prazos atinentes ao ciclo da contratação, previstos no Ato Normativo n. 249, de 05/12/2023, impende registrarmos que os autos **foram inaugurados em 10/07/2024** e que, a data entre a última instrução processual promovida pela CLC, 17/07/2024, e o encaminhamento do processo a esta SUBLIC, na mesma data, vê-se, portanto, que o prazo contido na Tabela II da norma supramencionada foi respeitado.

Isto posto, considerando o informado pela **CLC** na peça eletrônica n. 18 e, pela dispensa de análise jurídica específica pela Procuradoria-Geral do Tribunal

(PGT), na forma do inciso III do art. 1º da Portaria PGT n. 001, de 09/07/2024, **opina-se** pela autorização da contratação direta, nos termos do inciso VIII do art. 72 da Lei Federal n. 14.133/2021, com o consequente envio à **CPG** para emissão de empenho em favor do **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP – LTDA**, CNPJ n. 10.498.974/0002-81, no valor de **R\$12.900,00 (doze mil e novecentos reais)**, à conta do exercício financeiro de 2024, com o posterior envio à **Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos (CGA)**, para ciência e demais providências cabíveis.

SUBLIC, na data da assinatura digital.

Eduardo dos Santos
Assistente
Matr.: 02/004829/0-6

À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária (CPG),

Em consonância com o estabelecido no art. 42 da Lei Complementar Federal n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)¹ e, considerando tratar-se de nova contratação, ao avaliar o enquadramento da despesa em tela quanto aos requisitos de pré-existência, continuidade e essencialidade, declaro tal despesa como: **NÃO TIPIFICADA**.

Ante o exposto, verificada a regularidade do procedimento em tela, e considerando o inciso III do art. 1º da Portaria PGT n. 001, de 09/07/2024, **AUTORIZO**, ex vi do inciso VIII do art. 72 da Lei Federal n. 14.133/2021, do Ato Executivo n. 25.541, de 04/03/2023 c/c alínea d do inciso V do art. 11 do Ato Normativo n. 247, de 14/11/2023, a contratação direta pretendida com fundamento na alínea f do inciso III do art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021 e a consequente emissão de empenho, à conta do exercício financeiro para o favorecido abaixo mencionado:

Favorecido	CNPJ	Valor R\$
INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP – LTDA	10.498.974/0002-81	12.900,00

Posteriormente, solicitamos o encaminhamento do processo à **Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos (CGA)**, para as demais providências, em especial quanto à:

- Verificação das exigências legais no momento em que for efetuada a contratação; e
- Publicidade da Nota de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, da emissão da referida nota de empenho, em observância ao disposto no § Único do art. 72, inciso II do art. 94, e inciso I do art. 174, todos da Lei Federal n. 14.133/2021.

SUBLIC, na data da assinatura digital.

LUIZ CARLOS DE JESUS SILVA
Subsecretário-Adjunto
Matr.: 02/4265/0-6

¹ Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. (Vide Lei Complementar nº 178, de 2021) (Vigência)

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.